

DO DONBASS AO VALE DO SILÍCIO (II)

A guerra na Ucrânia é muito mais do que uma disputa territorial. É o maior laboratório estratégico do século XXI, onde se confirma que, em uma era de drones e inteligência artificial, o fator decisivo continua sendo a capacidade de um Estado de integrar toda a Nação sob uma liderança política coerente.

Gabriel Camilli*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

Enquanto drones sobrevoam Moscou, fábricas europeias intensificam a produção de munição, o Vale do Silício desenvolve novas aplicações de inteligência artificial para fins militares e as negociações diplomáticas têm dificuldade em avançar, a maioria das análises continua levantando a mesma questão: quem está vencendo a guerra na Ucrânia? Os mapas da linha de frente mudam semana a semana, os números de baixas são contestados e cada lado reivindica avanços que o outro nega. No entanto, essa pode não ser a questão verdadeiramente importante.

Todo grande conflito gera lições que transcendem os protagonistas imediatos. Waterloo não marcou apenas a derrota de Napoleão; transformou o equilíbrio de poder na Europa. A Guerra Civil Americana não foi apenas um conflito interno dos EUA; ela prefigurou a guerra industrial. A Primeira Guerra Mundial alterou a relação entre economia, sociedade e poder militar. A Segunda Guerra Mundial inaugurou a era nuclear. Da mesma forma, a

guerra na Ucrânia provavelmente será lembrada não apenas por suas consequências territoriais, mas também por servir como o maior laboratório estratégico do século XXI.

A ARTE DA DIALÉTICA

Carl von Clausewitz ensinou que a guerra é a continuação da política por outros meios. Um século depois, o general francês André Beaufre expandiu essa ideia, definindo estratégia como *“a arte da dialética de vontades que utilizam a força para resolver um conflito”*. Separadas por mais de um século, ambas as afirmações permanecem notavelmente relevantes hoje.

Essa interpretação também é fortemente apoiada por Raymond Aron, que observou que a estratégia só pode ser compreendida dentro da estrutura das relações políticas entre os Estados. Operações militares, por mais brilhantes que sejam, não têm sentido se estiverem dissociadas do projeto político que as originou. A guerra na Ucrânia confirma, mais uma vez, essa percepção.

A guerra na Ucrânia demonstra que, mesmo quando armas, tecnologias ou campos de batalha mudam, a essência da estratégia permanece constante: a força continua subordinada à vontade política. O que mudou foi a gama de instrumentos por meio dos quais essa vontade se expressa.

Durante décadas, a visão predominante era a de que a globalização reduziria progressivamente o papel do Estado. Durante o chamado “momento unipolar”, muitos imaginaram que os mercados, as cadeias globais de valor e as grandes corporações acabariam por substituir os Estados como atores centrais na política internacional. A pandemia de covid-19, a crescente competição entre Estados Unidos e China e, por fim, a guerra na Ucrânia demonstraram exatamente o contrário. Quando interesses vitais estão em jogo, a liderança política retoma a iniciativa e o Estado volta ao centro do palco. Não estamos testemunhando o fim da geopolítica, mas o retorno da Grande Política.

A guerra na Ucrânia constitui, talvez, o laboratório mais visível dessa transformação.

A GRANDE POLÍTICA NACIONAL

Em um artigo anterior, argumentamos que o conflito não poderia mais ser compreendido apenas pela observação das operações militares no Donbass. As decisões mais importantes começavam a tomar forma em laboratórios, universidades, indústrias de defesa, empresas de tecnologia e órgãos de pesquisa. Hoje, essa afirmação pode ser ampliada. A verdadeira

mudança não reside apenas no surgimento de novas tecnologias, mas na capacidade do Estado de integrá-las a uma Estratégia Nacional orientada pela Grande Política.

Aqui, é útil distinguir claramente conceitos que frequentemente são confundidos.

A Grande Política Nacional constitui o nível mais elevado de liderança. É nesse nível que uma nação define seus interesses permanentes, identifica seus objetivos históricos e estabelece o rumo geral de seu desenvolvimento. A Estratégia Nacional não substitui essa função; ela é, antes, o instrumento por meio do qual a Grande Política harmoniza e integra os diversos meios de poder nacional para alcançar tais fins.

Nesse processo, a geopolítica desempenha um papel fundamental, porém específico. Ela não é um nível superior de liderança nem uma política em si. Sua função é fornecer conhecimento sobre o espaço, as posições relativas dos Estados, os recursos, as comunicações e as dinâmicas de poder que moldam cada ação estratégica. Trata-se, portanto, de uma disciplina subordinada à Estratégia Nacional.

Essa estrutura conceitual permite uma melhor compreensão dos acontecimentos atuais nos Estados Unidos. O chamado ecossistema de inovação não representa apenas o sucesso do Vale do Silício nem simplesmente o dinamismo de empresas privadas específicas. Ele reflete a capacidade do Estado de coordenar universidades, centros de pesquisa, agências públicas como a DARPA, estruturas ligadas à comunidade de inteligência, capital de risco, a indústria de defesa e empresas de tecnologia em função dos objetivos estratégicos nacionais.

Palantir, Anduril, SpaceX, Microsoft e Google são componentes-chave desse sistema, mas não constituem a sua base. O verdadeiro protagonista continua sendo o Estado, que direciona, coordena e potencializa essas capacidades dentro de uma estratégia abrangente. A inovação tecnológica, assim, deixa de ser um fenômeno puramente econômico para se tornar um instrumento de poder nacional.

GUERRA NO TERRENO

Enquanto isso, a guerra continua a evoluir em terra. Recentes ataques em massa com drones de longo alcance em território russo demonstram a medida em que tecnologias relativamente acessíveis podem gerar efeitos estratégicos. A inteligência artificial, a navegação autônoma e a produção em larga escala estão alterando profundamente a relação entre custo, distância e capacidade de ataque. Contudo, esses avanços não alteram um princípio essencial: nenhuma tecnologia pode substituir a liderança política ou o planejamento estratégico.

A guerra de atrito oferece outra lição significativa. Ela não se limita mais a perdas humanas ou materiais entre os exércitos oponentes; também sobrecarrega as capacidades industriais, financeiras, energéticas e políticas daqueles que sustentam o esforço de guerra. A Europa enfrenta o desafio de manter o apoio à Ucrânia a longo prazo, preservando, simultaneamente, sua competitividade econômica, coesão política e base industrial. O atrito estende-se, assim, à totalidade do poder nacional.

A diplomacia, também, não está imune a essa transformação. As negociações não ocorrem mais apenas ao redor de uma mesa; desenrolam-se simultaneamente sob a influência de sanções econômicas, capacidades industriais, inovação tecnológica, pressões energéticas, campanhas de informação e desdobramentos militares. A política e a guerra mostram-se, mais uma vez – como intuíram Clausewitz e Beaufre –, profundamente entrelaçadas.

A própria evolução institucional da Ucrânia reflete essa lógica. À medida que o conflito se prolonga, decisões políticas, militares, industriais e tecnológicas tendem a convergir sob uma liderança cada vez mais integrada. Mudanças recentes na estrutura do governo ucraniano e a crescente relevância de setores ligados à defesa ilustram uma tendência que a história demonstrou repetidamente: guerras prolongadas não alteram apenas os exércitos; elas também transformam a organização do Estado. A liderança política não desaparece nem é suplantada pela lógica militar. Pelo contrário, vê-se compelida a coordenar todos os instrumentos do Poder Nacional com maior intensidade para sustentar o esforço estratégico.

OPERAÇÕES MULTIDOMÍNIO

As chamadas Operações Multidomínio representam a manifestação militar dessa integração. Terra, mar, ar, espaço, ciberespaço e o domínio cognitivo só podem ser coordenados de forma eficaz quando sustentados por uma Estratégia Nacional capaz de integrar política, economia, diplomacia, ciência, tecnologia e indústria a serviço dos objetivos definidos pela Grande Política. Essa é, possivelmente, a principal lição que o conflito reserva para a Argentina¹.

O debate sobre Defesa Nacional não deve se restringir à aquisição de novos sistemas de armas ou à porcentagem do orçamento destinada ao setor. O verdadeiro desafio reside em restaurar a capacidade do Estado de formular uma Grande Política Nacional de longo prazo e, com base nela, desenvolver uma Estratégia Nacional que alinhe a visão geopolítica, a diplomacia, as Forças Armadas, a comunidade científica, as universidades, a indústria e as empresas de tecnologia em um projeto nacional unificado.

1 *Nota do editor: o autor é argentino, mas essa conclusão é aplicável também ao Brasil.*

As guerras do século XXI continuarão sendo travadas no campo de batalha, mas seus desfechos dependerão cada vez mais da capacidade dos Estados de integrar todos os recursos da Nação sob uma liderança política coerente. A guerra na Ucrânia não sinaliza o fim da estratégia clássica; ela anuncia o seu retorno. Em uma era fascinada por algoritmos, drones e inteligência artificial, o fator decisivo permanece o mesmo reconhecido por Clausewitz, Aron e Beaufre: a capacidade de uma Nação de identificar os interesses que deseja defender e de organizar todo o seu Poder Nacional em torno deles. Essa é, talvez, a lição mais profunda que o conflito oferece à Argentina hoje.

A verdadeira revolução revelada pela Ucrânia não reside apenas no surgimento de drones ou da inteligência artificial. Ela reside na demonstração de que, quando uma Nação enfrenta um desafio existencial, o Estado volta a ser o grande integrador da política, da economia, da ciência, da indústria e do instrumento militar. No século XXI, assim como na época de Clausewitz, a guerra permanece, acima de tudo, uma questão de liderança política.

Publicado no [La Prensa](#).

****Gabriel Camilli** é coronel mayor da reserva do Exército Argentino, formado Oficial de Infantaria pelo Colégio Militar de La Nación. Além de mestre em Assuntos Militares pela Universidade do Norte, possui licenciatura em Relações Públicas e Institucionais pela UADE. Fluente em inglês e italiano e com boa comunicação em alemão, possui ampla experiência, tendo participado ativamente em mediações e negociações no âmbito da ONU, além de atuar como representante da Argentina junto a missões diplomáticas e negociações entre empresas alemãs, suecas e austríacas. Atualmente é diretor do Instituto ELEVAN.*
